

Fabio Betioli Contel  
Departamento de Geografia/Universidade de São Paulo (Brasil)  
fbcontel@usp.br

***A construção do sistema bancário nacional no período de creditização e integração do território brasileiro***

No período de *creditização e integração do território nacional* (1964-1994), as finanças começam a ganhar uma autonomia maior na vida da nação, assim como nos usos possíveis do território brasileiro. Por *creditização* do território estamos entendendo esta necessidade premente de “capitais adiantados” que a expansão do meio técnico-científico no espaço geográfico exige (SANTOS, 1993; SANTOS e SILVEIRA, 2001). Fundamentalmente, o aumento da quantidade de capitais fixos (seja no meio agrícola, seja no meio urbano) obriga os agentes produtivos a buscarem recursos no sistema bancário para o desenvolvimento de suas atividades. Daí a *finança*, no seu sentido mais amplo, ter sido gradualmente erigida como uma das variáveis-chave do período que se inicia em 1964.

No que diz respeito à integração material do território, vemos que os transportes são organizados numa base mais ubíqua e capilarizada, e a vida de relações das cidades brasileiras ganha um aumento de intensidade em seus aspectos regionais, e permite ainda que muitas cidades desta rede ensejem uma vida de relações de alcance nacional, e mesmo internacional. Assim, é permitida uma “ampliação”, ou um “alargamento dos contextos”(SANTOS, 1996, p. 202 e ss.)<sup>1</sup>.

Essa rede urbana, por sua vez, fomentou um mercado interno demandador de consumos novos, de variados tipos. São exemplos destas novas necessidades os bens de consumo duráveis e não-duráveis, bens de capital, assim como os chamados consumos “imateriais”, tipicamente urbanos: consumo de serviços de saúde, de lazer, de cultura etc. A entrada mais expressiva de empresas multinacionais nos circuitos industriais e agrícolas do território se dá em grande parte para suprir estas novas demandas. O sistema de ações do território já não é mais eminentemente local ou regional; ao contrário, ele é cada vez mais nacional, e gradativamente também mais internacional.

Em relação ao aumento dos consumos “imateriais” do País, é factível afirmar que ele tem relação direta com uma novidade técnica do período: a instalação dos sistemas de engenharia ligados às telecomunicações no território. As *técnicas da telecomunicação* vão expandir as possibilidades de uso do espaço, pois elas permitem uma aceleração do

---

<sup>1</sup> Para Milton Santos, com a integração material e imaterial dos territórios, são dadas novas possibilidades de fluidez de bens, mercadorias, pessoas, informações, multiplicando o número e a complexidade das conexões entre os lugares. Destarte, “passamos de uma autonomia relativa entre subespaços a uma interdependência crescente; de uma interação local entre sociedade regional e natureza a uma espécie de socialização capitalista territorialmente ampliada; de circuitos com âmbito local, apenas rompidos por alguns poucos produtos e alguns poucos produtores, à existência predominante de circuitos mais amplos. O aprofundamento da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle, à escala do mundo, onde é central o papel dos sistemas de engenharia concebidos para assegurar uma maior fluidez dos fatores hegemônicos e uma maior regulação dos processos produtivos, por intermédio das finanças e da especulação”(SANTOS, 1996, p. 203).

deslocamento de *informações* no País. A bem da verdade, as *técnicas das telecomunicações* e da *informação* possuem elevada “convergência”, como nos ensina Milton Santos (1996, p. 146).

É cada vez mais comum e banalizado o deslocamento de *informações* no sentido mais geral (transporte de bits, mensagens, imagens, vozes), mas também em seu sentido político: as *informações* comportam ainda *ordens* e *decisões*, e vão contribuir para que uma nova divisão territorial do trabalho se instale nesta rede urbana nacional.

Concomitantemente a esta expressiva transformação da base material da nação se processa ainda uma modificação profunda em seus *conteúdos normativos*. Os dois principais eventos desta modificação são as Constituições promulgadas no período recente de nossa história (nos anos de 1964 e 1988). No que toca ao uso financeiro do território, a chamada “Reforma Bancária”, consubstanciada entre os anos de 1964/1965 foi o *evento* mais significativo. A Reforma Bancária constitui uma Autoridade Monetária no país, centralizando ainda mais o comando da organização financeira do território (TEIXEIRA, 2000).

Mas as duas principais *novidades do período*, decorrentes da Reforma, são a *formação do mercado de capitais* e a *instituição da correção monetária* nos títulos públicos negociados neste mercado (BAER, 1986). A *instituição da correção monetária* aumentou sensivelmente a rentabilidade dos negócios financeiros no País, e concedeu um vigor maior à drenagem da poupança nacional realizada pela rede bancária instalada. Não menos importante parece ter sido a *normatização do mercado de capitais* no país. Com ela, outros atores financeiros surgem, e uma nova estrutura de propriedade das empresas instaladas no território brasileiro é tornada possível. Passa a ser possível a ação dos chamados “acionistas” no comando das atividades produtivas do território. Sendo não mais que um “simple capitalista monetário” (HILFERDING, [1909] 1985, p. 36), a figura do acionista diminui a ligação orgânica dos sistemas de ações com os sistemas de objetos produtivos instalados no território. O mercado de capitais, neste sentido, pode ser considerado como um poderoso mecanismo de “desencaixe” (GIDDENS, 1991) ou de “desancoragem” (“*entankerung*”), na terminologia de Benno Werlen (1999).

Estas novas formas de uso do território possibilitam que outros arranjos regionais sejam realizados, que novas *solidariedades geográficas* se dêem entre os atores, os lugares e as regiões. Quais delas nos permitem falar na instalação de “solidariedades orgânicas” no território? E quais dinâmicas se aproximariam mais da conformação de “solidariedades organizacionais” no País?

No que diz respeito à organização do espaço agrícola, pode-se afirmar que a expansão do meio técnico-científico, incluída a *creditização desse uso do território*, se constitui num processo de *formação de solidariedades organizacionais no espaço nacional*. As unidades produtivas cada vez menos dependem dos dados da economia local (mercado consumidor, fornecedores) para se reproduzirem. Tanto em função da necessidade de insumos provenientes de circuitos externos (sementes selecionadas, fertilizantes, equipamentos), mas também em função da necessidade do *crédito agrícola*, uma racionalidade organizacional se instala em cada área de cultivo que conhece uma modernização de suas técnicas agrícolas. Se a produção em questão tiver como destino final o mercado externo, significa uma adesão ainda maior da dinâmica local a

dinâmicas determinadas alhures. A produção agrícola, neste sentido, depende cada vez menos de seus contextos locais e regionais; a atividade de cultivo torna-se um dos processos dentro de um “circuito espacial de produção” (SANTOS, 1985, 1988a; MORAES, 1985) bem mais amplo, e bastante dependente da finança<sup>2</sup>.

No caso dos *conteúdos industriais do território*, é possível afirmar que a modernização da base produtiva aumentou as possibilidades de desenvolvimento mais autônomo do País. Esse desenvolvimento mais “introvertido” é resultado tanto da diversificação das atividades industriais, assim como pela formação de um sólido sistema de engenharia voltado para a produção de bens de capital. Porém, o controle por parte de *multinacionais* do processo de produção nos circuitos mais rentáveis da indústria (como é o caso das indústrias de bens de consumo duráveis e não-duráveis) engendra também *solidariedades organizacionais* no país. O que pode ser dito dos conteúdos do território ligados às finanças?

O sistema bancário brasileiro foi talvez o principal beneficiário da introdução dos sistemas técnicos informacionais no território. Dada a enorme quantidade de dados e mensagens que os atores financeiros geram e gerenciam, a passagem de um meio *técnico-científico*, para um meio *técnico-científico informacional* aumentou sensivelmente a produtividade e a eficiência das ações bancárias no território. Tanto no que diz respeito ao “fazer cotidiano” das agências, quanto na formação das primeiras redes bancárias nacionais, as técnicas da informação permitiram aos bancos e demais atores financeiros o início de sua hegemonia no comando do território.

As *técnicas bancárias* tornam os ativos financeiros muito mais mobilizáveis, através da “titularização” da riqueza nacional (TEIXEIRA, 2000). O surgimento de novos produtos financeiros atrai os capitais das demais atividades produtivas à esfera da finança. Se inicia neste período uma maior “instabilidade do território” (SANTOS e SILVEIRA, 2001; SILVEIRA, 2002), dada a grande fluidez e mobilidade que o dinheiro adquire.

A *concentração bancária* ganha mais fôlego, apesar do aumento do número de instituições financeiras ao final do período descrito. A diminuição dos centros de comando das finanças privilegia algumas cidades do território, que passam a abrigar a maior parte das sedes das instituições financeiras nacionais. São Paulo, como notam os geógrafos Roberto Lobato Corrêa (1989; 1989, 2006), Milton Santos (1993, 1994c), Leila Dias (1995) e Adriana Bernardes (2001) passa a ser neste período o centro de comando *informacional e financeiro* do país. Os bancos regionais e locais são gradualmente extintos, ou passam a ser comandados pelas instituições financeiras de porte nacional.

O comportamento de alguns atores do sistema financeiro nacional acaba por permitir a manutenção de solidariedades orgânicas no uso financeiro do território. É o caso da ação dos bancos oficiais que, como vimos, mantêm políticas de desenvolvimento regional mais concatenadas com as vicissitudes de suas respectivas áreas de atuação. A existência da rede de bancos estaduais públicos pode ser considerada ainda como uma estratégia de manutenção do comando das finanças mais regionalizado, menos centralizado.

---

<sup>2</sup> O estudo da geógrafa Paula Borin (2002) traz uma detalhada análise dos “circuitos espaciais” da produção de malhas no interior do estado de São Paulo.

Vale destacar que parte das ações das autoridades monetárias ensejou um uso financeiro do território menos *organizacional*, ou ao menos um pouco mais voltado para o controle estatal, público, do comando das finanças. É o caso da manutenção – até o ano de 1988 – da necessidade de “cartas-patente” para a abertura de agências bancárias no país; essa *norma* do Banco Central permitiu o estabelecimento de uma topologia bancária um pouco mais desconcentrada, até o final da década de 1980. Outra regulamentação do Banco Central que permitiu um controle mais endógeno das finanças foi a proibição da compra – por parte de instituições estrangeiras – de bancos de varejo no País. Assim, foi permitido (até o ano de 1994) que os atores financeiros nacionais tivessem o comando sobre os fluxos de crédito e estoques de depósitos bancários realizados em território brasileiro.

### ***O “Plano Real” e a nova relação do território nacional com as finanças***

A partir do Plano Real (1994), a *finança* ganha mais independência em relação aos demais conteúdos do território. Seu poder de tornar o território “instável” só não é maior pois, no período, o controle dos recursos financeiros é ainda prerrogativa básica de sistemas de ações eminentemente nacionais. “O que há nessa fase”, podemos asseverar junto de Milton Santos (1999:9), “são dinheiros nacionais internacionalizados”.

No que tange às novas possibilidades técnicas do período (principalmente na década de 1990), o fenômeno que traz especificidade ao novo tempo é a banalização mais acelerada das “técnicas da informação” (SANTOS, 1996, p. 146 e ss.). Mas o que é importante destacar em sua relação com os territórios, é que as técnicas da informação permitem uma *unificação do controle das demais técnicas preexistentes* (técnicas industriais, agrícolas, dos serviços mais diversos) que gera, por seu turno, *a possibilidade de manipulação dos tempos produtivos* dos territórios nos quais ela se instala. Daí podermos falar que as técnicas da informação permitem uma “unicidade técnica” do mundo contemporâneo, assim como uma “unicidade do tempo”(SANTOS, 1996, p. 146-162). Os tempos regionais são cada vez menos comandados localmente; a *instantaneidade* do deslocamento das finanças, direta ou indiretamente, acabam por atingir todos os pontos do território.

Essa “unicidade técnica”, por sua vez, permitiu que a interdependência das regiões produtivas aumentasse ainda mais. Principalmente as grandes empresas multinacionais (sejam elas do ramo automobilístico, de alimentos, siderurgia, telecomunicações etc.) possuem hoje uma topologia que perpassa e une vários países em seus circuitos produtivos. Para estas empresas hegemônicas é que o território se torna mais “fluido” (SANTOS e SILVEIRA, 2001; ARROYO, 2003; 2005), isto é, sua base técnica se adequa para tornar as ações hegemônicas ainda mais eficientes. Essa interdependência, porém, vem acompanhada de uma nova hierarquização, tanto das empresas quanto das regiões produtivas; a *unicidade técnica* autoriza alguns países selecionados, assim como algumas empresas mais dinâmicas, a comandarem os ritmos locais dos demais países, em uma economia que é cada vez mais globalizada.

É justamente essa nova realidade técnica “informacional”, conjugada com a unificação normativa dos países, que faz aumentar ainda mais a importância das instituições financeiras no mundo atual. Para Ron Martin (1999, p. 17), “inovação tecnológica”, “desregulação” e “globalização” são os três fatores que comandam “o remapeamento

contemporâneo da paisagem financeira”. Já Barney Warf (1999, p. 227-239) sugere que estaríamos vivendo num era de “colapso do keynesianismo”, e que o capital financeiro adquire uma “hipermobilidade” nunca dantes vista. Esta nova realidade, neste sentido, parece ser uma chancela do atual período histórico para o vaticínio de Vladimir Lênin (1917, 1986, p. 625): “O capital financeiro estende assim as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo”.

O fato é que as novas técnicas da informação alteraram o alcance e as velocidades de deslocamento de fluxos financeiros, com repercussões bastante sensíveis para a organização do espaço geográfico. E em grande parte, são os próprios bancos os principais atores que financiam novas técnicas da informação, já que a otimização destas permite aumentar sobremaneira o alcance e a eficiência de suas ações. São os bancos também que criam formas novas de moeda – as chamadas “moedas informacionais” (GOLDFINGER, 1987) – que facilitam bastante a inserção de suas atividades tanto em “áreas opacas” quanto em “áreas luminosas” (SANTOS, 1993; SILVEIRA, 1999) do planeta.

O aumento da importância das finanças na vida cotidiana das pessoas, do Estado e dos agentes econômicos é um dado desta nova realidade. Este processo, na verdade, vem se constituindo desde que os sistemas bancários começam a assumir uma função destacada na divisão social do trabalho, já no início do século XX. Nicolai Bukharin ([1915] 1969, p. 71) mostrava que “o capital financeiro é, certamente, a forma de capital mais penetrante, que, como a natureza, sofre disso que outrora se chamava de *horror vacui*, e sente necessidade de encher qualquer vazio que encontre”.

Também o geógrafo Jean Labasse (1976, p. 25) propunha em seu livro sobre o *espaço financeiro*, que existe, na verdade, uma “vontade colonizadora das redes” bancárias, que impele as infra-estruturas financeiras para os lugares onde é possível drenar recursos (captar depósitos, vender produtos financeiros) e/ou irrigar áreas (concessão de empréstimos) a partir destas infra-estruturas.

A entrada do território brasileiro no período técnico-científico-informacional possibilitou o desenvolvimento de uma série de novos fixos geográficos, sistemas de objetos e novos produtos oferecidos pelos bancos, que aproximaram de forma expressiva (física e organizacionalmente) os fluxos financeiros da população brasileira. As formas tradicionais da topologia bancária vêm se alterando em função desta nova realidade técnica e organizacional. De uma topologia fundamentalmente estruturada em agências bancárias, passamos para um tipo mais diversificado de redes bancárias, com a incorporação dos *Postos de Atendimento Bancário* e dos *Correspondentes Bancários* à rede-suporte de prestação de serviços financeiros.

Concomitantemente ao processo de diversificação e capilarização dos fixos geográficos que servem para a realização da intermediação financeira no território, há uma série nova de pontos de atendimento e canais de prestação de serviços financeiros que multiplicaram ainda mais a acessibilidade dos atores econômicos à finança. A essa maior banalização do acesso à finança, permitida pelos novos conteúdos da formação socioespacial brasileira, é que estamos propondo dar o nome de *hipercapilaridade das finanças* no território.

Esta *hipercapilaridade* seria o resultado da topologia atual do sistema bancário que descrevemos nos itens anteriores, e que alcançou recentemente todos os municípios do território. Mas ela tornou-se possível também pelo surgimento de novos sistemas técnicos – fixos e portáteis – que alcançam, de maneira ao mesmo tempo banalizada e seletiva, pontos do território antes “isolados” das redes financeiras. Estes novos sistemas técnicos são os “canais eletrônicos” financeiros, e com eles é aumentado o *potencial invasor* da racionalidade financeira nos diversos conteúdos do território brasileiro.

São considerados “canais eletrônicos financeiros” todos aqueles meios que permitem que uma operação financeira entre dois ou mais atores seja realizada. Os terminais ou caixas eletrônicos, as redes de *internet banking*, centrais de atendimento telefônico, pontos de recebimento de cartões de crédito e débito são todos exemplos de novos canais eletrônicos que vêm se somar à topologia tradicional do sistema financeiro brasileiro, conferindo a ela um alcance social e geográfico bastante amplificado.

### ***Considerações finais***

Estas são as novas racionalidades instaladas no território recentemente, que aumentam sobremaneira tanto o alcance territorial da ação das instituições financeiras, assim como o poder delas para comandar os demais conteúdos e ações presentes no território brasileiro. Os tempos locais e regionais são cada vez mais substituídos pelos tempos nacionais ou globais, já que mesmo as famílias e os indivíduos passam a receber créditos, que alteram o ritmo de reprodução de suas vidas. Altera-se, portanto, a geografia urbana do país.

As ações, portanto, perdem cada vez mais seu caráter orgânico com os lugares nos quais efetivamente se dão. Dada essa recente *hipercapilaridade* do acesso ao crédito, vê-se que se instala de forma ubíqua uma racionalidade vertical, financeira, que impõe muito mais uma solidariedade organizacional que uma solidariedade orgânica ao sistema de ações do espaço brasileiro. A finança se entroniza como principal variável do atual período histórico, e passa a comandar as cidades e as regiões segundo suas vicissitudes.

### ***Referências***

- ARROYO, Mónica. “Território brasileiro e mercado externo: uma leitura dessa relação na virada do século XX”. In SOUZA, Maria Adélia (ed.). *Território: Usos e Abusos*. Campinas. Edições Territorial. 2003. pp. 429-457.
- \_\_\_\_\_. “Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental”. In SILVEIRA, María Laura (org.). *Continente em Chamas. Globalização e Território na América Latina*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005. pp. 209-242.
- BAER, Mônica. *A Internacionalização Financeira no Brasil*. Petrópolis. Editora Vozes. 1986.
- BERNARDES, Adriana. *A Contemporaneidade de São Paulo. Produção de informações e Novo Uso do Território Brasileiro*. São Paulo. Departamento de Geografia FFCLH/USP (Tese de Doutorado). 2001.

- BORIN, Paula. *Divisão interurbana no trabalho e uso do território nos municípios de Águas de Lindóia (SP), Lindóia (SP), Serra Negra (SP), Socorro (SP) e Monte Sião (MG)*. São Paulo. Departamento de Geografia FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado). 2002.
- BUKHARIN, Nicolai. O Imperialismo e a economia mundial. 1969.
- CORRÊA, Roberto Lobato (1989). “Concentração bancária e os centros de gestão do território”. In CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos Sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2006. pp. 61-97.
- \_\_\_\_\_. “Os Centros de gestão e seu estudo”. In *Revista Brasileira de Geografia* No. 51 (4). 1989. pp. 109-119.
- DIAS, Leila. *Réseaux d’Information et Réseau Urbain au Brésil*. Paris. L’Harmattan. 1995.
- GIDDENS, Anthony (1991). *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo. Editora Unesp. 1994.
- GOLDFINGER, Charles. *La Géofinance*. Paris. 1987.
- HILFERDING, Rudolf (1909). *O Capital Financeiro*. São Paulo. Nova Cultural. 1985.
- LABASSE, Jean. *L’Espace financier*. 1976.
- LÊNIN, Vladimir (1917). *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. In V. I. Lenine. *Obras Escolhidas. Tomo I*. São Paulo. Editora Alfa-Ômega. 1986. pp. 578-671.
- MARTIN, Ron. “The New economic geography of money”. In MARTIN, Ron (ed.). *Money and the Space Economy*. Sussex. John Wiley and Sons. 1999. pp. 3-27.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. “Os Circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação no espaço”. Departamento de Geografia FFLCH/USP (*mimeo*). 1985.
- SANTOS, Milton. (1985). *Espaço e Método*. São Paulo. Editora Nobel (2ª. ed.). 1988.
- \_\_\_\_\_. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo. Editora Hucitec. 1988.
- \_\_\_\_\_. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec. 1993
- \_\_\_\_\_. *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo: Hucitec. 1994.
- \_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec. 1996.
- \_\_\_\_\_. “O Dinheiro e o território”. In *Geographia. Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF*. Ano 1, No. 1. 1999. pp. 7-13.
- \_\_\_\_\_. *Por Uma Outra Globalização. Do Pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro. Record. 2000.
- SANTOS, Milton e María Laura SILVEIRA. *Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record 2001.
- SILVEIRA, María Laura. *Um País, Uma Região. Fim de Século e Modernidades na Argentina*. São Paulo. Fapesp/Laboplan. 1999.
- \_\_\_\_\_. “Uma globalização desnecessária, um território instável”. In *Ciência Geográfica* Vol. 1, No. 21. 2002. pp. 43-46.
- TEIXEIRA, Naternes Guimarães. *Origens do Sistema Multibancário Brasileiro. Das Reformas dos Anos 60 à Crise dos Anos 80*. Campinas. Instituto de Economia/UNICAMP. 2000.
- WARF, Barney. “The hipermobility of capital and the collapse of the Keynesian state”. In MARTIN, Ron (ed.). *Money and the Space Economy*. Sussex. John Wiley and Sons. 1999. pp. 227-239.
- WERLEN, Benno. *Zur Ontologie Von Gesselchaft und Raum*. Stuttgart. Franz Steiner Verlag. 1999.